

## **ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.**

No dia dezesseis do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às oito horas e quarenta minutos foi realizada uma reunião extraordinária presencial na sede da Secretaria do Meio Ambiente no Horto. Seguem os membros do Conselho que participaram da presente reunião: Sr. Mauro Francisco de Aquino, Secretário Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente, representando a presidência do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sra. Elisa Caroline Darby, representando a FUNDARTE; Sr. Frederico de Melo Machado, representando a Secretaria Municipal de Obras; Sr. Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sr. Robério de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG; Sr. Rogerio Loures Moreira; representando o DEMSUR; Sra. Ana Paula Vilela Carvalho, representando o IF-Sudeste; Sr. Robin Le Breton, representando a ONG Iracambi; Sra. Fabrine Odete da Costa Reis, representando a Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Douglas Barbosa Castro, representando a FASM; e Sr. João Pedro Gardoni Gonçalves Lazzaroni. Sr. Sergio Vilhena Vieira, deu início a reunião, cumprimentando os membros presentes, e explicou o motivo da reunião extraordinária ser devido ao proponente do processo 23907/2023 ter urgência de resolver o caso, pois o mesmo fechou um contrato de uma franquia, que já se encontra em operação, e tem prazo para início das obras, o proponente solicitou a reunião extraordinária para a análise do pedido, para não correr o risco de perder o negócio. O processo citado de Intervenção em APP, nº 23907/2023 é de Brayan Mendes Nogueira, e foi apresentado aos conselheiros na reunião anterior, onde foram levantados alguns questionamentos referentes a área antropizada, tipo de atividade a ser desenvolvida no local e lote urbano aprovado anterior a data de 22 de julho de 2008, e diante dos questionamentos, o processo foi retirado de pauta da reunião passada, dito isto, Sr. Sergio Vilhena informou que deu ciência ao proponente a respeito dos questionamentos afim de o mesmo apresentar os esclarecimentos. O proponente apresentou a Declaração de regularidade de atividade do empreendimento em APP, onde o mesmo declara que a atividade futura neste empreendimento não está listada na Deliberação Normativa DN 217 de 2017, e não possui necessidade de licenciamento ambiental para operação em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo deste Município, ART, Relatório de uso antrópico consolidado em APP, tal relatório foi realizado por um técnico, onde o mesmo descreve que a construção em questão se encontra em área de ocupação antrópica consolidada, inserida em APP, tendo sua área vizinha com construções voltadas ao comercio e moradia, antropicamente consolidada, constatando que as construções existentes no local já eram de tempos anteriores ao ano de 2.000, e as características primitivas no local se perderam com sua ocupação, e que a localidade não possui condições de recuperação, sendo uma área totalmente ocupada por construções o que não possibilita sua regeneração ambiental, foi informado também que a área não edificante foi respeitada pelo proprietário para a construção em questão. Sr. Sergio Vilhena explicou que tecnicamente o local é uma área antropizada, e foi relatado e assinado pelo técnico responsável, conforme informado anteriormente, e sobre o questionamento a respeito da legislação, que por ser uma edificação nova, foi indagado que a legislação só cita edificação já existente, Sr. Sergio Vilhena explicou que segue a Deliberação Normativa COPAM 236 de 02 de setembro de 2019, onde lotes aprovados até 22 de julho de 2008 podem ter edificações, e no seu entendimento, lotes aprovados, podem edificar. Sr. Sergio Vilhena informou novamente aos membros que a área proposta de intervenção é de 18 m² para edificação. Sr. Sergio Vilhena perguntou aos membros se as dúvidas da reunião passada foram sanadas, e os membros confirmaram que sim. Diante disto, Sr. Sergio apresentou as compensações propostas, sendo opção 01: plantio de mudas de espécies arbóreas; opção 02: compensação ambiental por meio de execução de programas, planos e projetos, sendo o total de valor de insumos a adquirir de R\$ 106,20; e opção 03: compensação ambiental em pecúnia, a ser destinada ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, no valor de R\$ 670,25, baseado no CUB, inciso II art. 40. Sr. Sergio Vilhena colocou o processo em votação, e os membros do CODEMA foram favoráveis ao deferimento da solicitação, condicionada a compensação da opção 03 (depósito de R\$ 670,25 no Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente). Finalizando esta pauta, Sr. Douglas Barbosa apresentou o processo nº 25357/2023 requerido pela Secretaria Municipal de Obras – Prefeitura Municipal de Muriaé, e refere-

51 se à solicitação de supressão de treze árvores, sendo sete Eucaliptos, três Angicos, um Hibisco, uma  
52 Goiabeira, e um Angelim. A justificativa é para a construção da ponte de concreto armado localizada  
53 na Comunidade da Grama – Pirapanema, Ressalta-se a necessidade de supressão das árvores às  
54 margens da via de acesso à ponte, para fins de melhoria da via e a não interrupção do tráfego de  
55 veículos e máquinas, ademais, as árvores mencionadas acima estão localizadas em faixa de domínio  
56 público, conforme lei municipais, justificado pelo proponente. Em vistoria no local, os técnicos da  
57 Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram a presença de quatro árvores  
58 localizadas na cabeceira da ponte da Graminha (ponte de madeira), sendo um angico, um angelim, um  
59 goiabeira e um hibisco, onde será construída a cabeceira da nova ponte em concreto armado, e as  
60 demais árvores (dois angicos e sete eucaliptos) estão localizadas na via de acesso para a ponte, onde  
61 há estreitamento da pista e por ser obra de interesse da comunidade, que trará benefícios para a  
62 mobilidade e escoamento da produção, a câmara técnica é favorável ao deferimento das supressões  
63 das árvores, condicionado a medida compensatória do plantio de 65 (sessenta e cinco) árvores. Os  
64 membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento das supressões  
65 de acordo com a condicionante estabelecida (plantio de sessenta e cinco mudas de árvores). Sr.  
66 Frederico de Melo questionou que por ser um processo requerido por órgão público, não necessita de  
67 compensação, porém Sr. Douglas informou que por ser plantio de árvores, essa compensação será  
68 realizada pela própria Prefeitura. Nada mais havendo a se tratar, a reunião encerrou-se às oito horas  
69 e cinquenta e sete minutos, sendo a presente ata assinada por todos os membros do CODEMA.  
70 \_\_\_\_\_  
71 \_\_\_\_\_  
72 \_\_\_\_\_  
73 \_\_\_\_\_  
74 \_\_\_\_\_  
75 \_\_\_\_\_  
76 \_\_\_\_\_  
77 \_\_\_\_\_

